



CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

Lei N: 1.988/2011

PROJETO DE LEI Nº 27/2011

Súmula: Declara de Utilidade Pública Municipal a **APMF- ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA MUNICIPAL IVAIPORÃ**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a **APMF- ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA MUNICIPAL IVAIPORÃ**, CNPJ 05.014.724/0001-08, com sede e foro na Rua Jaguapitã, s/n, Centro, nesta cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Pedro Goedert, aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e onze.


Edivaldo Aparecido Montanheri


Ademar Soares de Souza


Luciano Reginaldo Gonçalves



Ademir Prudêncio da Silva


Sebastião Bonfim Matos


Luis Gustavo Chaves


José Maria Carneiro


Jaffer Guilherme Saganski Ferreira


Mário Hort



CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 27/2011

Súmula: Declara de Utilidade Pública Municipal a APMF- ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA MUNICIPAL IVAIPORÃ, e dá outras providências.

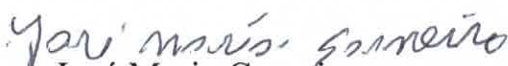
PARECER :

Os membros da Comissão acima enunciada, analisando o Projeto de Lei em pauta, resolvem emitir parecer opinando pela sua aprovação.

Plenário Vereador Pedro Goedert, aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e onze.


Dr. Ademir Prudêncio da Silva


Dr. Ademar Soares de Souza


José Maria Carneiro

REQUERIMENTO

A APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Ivaiporã, fundada ou instituída em 11 de abril de 2002, situada na Rua Rio Grande do Norte, esquina com a Rua Jaguapitã, nº 205, Centro, vem por meio deste, respeitosamente, solicitar a Vossa Excelência a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse de Utilidade Pública, conforme Lei de nº 91 de 28/08/1935 , alterada ou citada pela Lei 6.639 de 08/05/1979.

Neste Termos, pede deferimento.

Ivaiporã, 15 de junho de 2011



MARCIA CRISTINA PIRES – PRES. APMF

Exmo.Senhor
Edivaldo Montanheri
Presidente da Câmara de Vereadores
Ivaiporã - Pr

Escola Municipal Ivaiporã – Ensino Fundamental.

Capítulo I Da Constituição e Finalidade

Seção I Da Constituição



Art. 1º - A Unidade Executora (UEX), doravante denominada Associação de Pais e Mestres fundada em 2002, unidade escolar Escola Municipal Ivaiporã e uma sociedade civil sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com atuação junto a referida unidade escolar, sede e foro no Município de Ivaiporã, Estado do Paraná e será regida pelo presente estatuto.

Seção II Da finalidade

Art. 2º - A associação tem por finalidade geral colaborar na assistência e formação do educando, por meio da aproximação entre pais, alunos e professores, promovendo a integração: poder publico – comunidade – escola – família.

Art. 3º - Constituem finalidade específica da UEX a conjunção de esforços, a articulação de objetivos e a harmonia de procedimentos, o que caracteriza principalmente por:

Cartão de Identificação
Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____
UF: _____

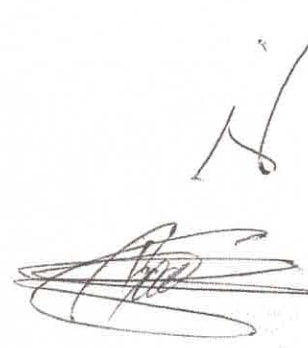
- a) interagir junto a escola como instrumento de transformação de ação, promovendo o bem-estar da comunidade do ponto de vista educativo, cultural e social,
- b) promover a aproximação e a cooperação dos membros da comunidade pelas atividades escolares,
- c) contribuir para a solução de problemas inerentes a vida escolar, preservando uma convivência harmônica entre pais ou responsáveis legais, professores, alunos e funcionários da escola,
- d) cooperar na conservação dos equipamentos e prédios da unidade escolar,
- e) administrar de acordo com as normas legais que regem a atuação da UEX, os recursos provenientes de subvenções, convênios e arrecadações da entidade,
- f) incentivar a criação do grêmio estudantil e trabalhar cooperativamente com o mesmo.

Da Organização Administrativa

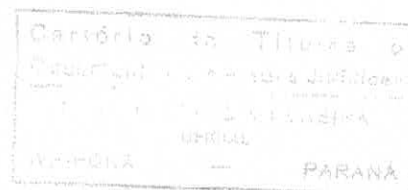
Seção I Da Composição

Art. 4º - A Unidade Executora compõe-se de:

- I – Assembléia Geral;
- II – Conselho Deliberativo;
- III – Diretoria;
- IV – Conselho Fiscal.



Seção II Da Assembléia Geral



Art. 5º - A Assembléia Geral é constituída pela totalidade dos associados e é soberana em suas deliberações, respeitadas as disposições deste Estatuto.

Parágrafo único - A Assembléia Geral será convocada e presidida pelo Diretor da Unidade Escolar.

Art. 6º - Cabe à Assembléia Geral:

I - fundar a Unidade Executora;

II- eleger e dar posse à Diretoria, ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal;

III- discutir e aprovar o estatuto da entidade.

Parágrafo 1º - Far-se-á convocação por comunicação escrita, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, para sessões ordinárias, e de 24 (vinte e quatro) horas para as sessões extraordinárias.

Parágrafo 2º - As decisões tomadas pela Assembléia Geral só terão validade se aprovadas pela maioria absoluta (primeira convocação) e pela maioria simples (segunda convocação) de seus membros decorridos 30 (trinta) minutos da primeira convocação.

Art. 7º - A Assembléia Geral será Ordinária ou Extraordinária.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral Ordinária será convocada e presidida pelo presidente da UEX, com o mínimo de (2) dias de antecedência.

Parágrafo 2º - A Assembléia Geral Ordinária ocorrerá duas vezes por ano, ou segundo o prazo estabelecido pelo Estatuto, em primeira convocação, com a presença de metade mais um dos associados, ou

Car. 10	10
Ordem	Ordem
U	U
IVAPUS	P. RANA

em segunda convocação 30 (trinta) minutos depois, com qualquer número.

Parágrafo 3º - As deliberações das assembleias gerais serão aprovadas por metade mais um dos sócios presentes.

Parágrafo 4º - Compete à Assembleia Geral Ordinária deliberar acerca dos seguintes assuntos:

- a) discutir e aprovar a Programação Anual, o Relatório Anual, o Plano de Aplicação de Recursos e a Prestação de Contas do exercício findo, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal;
- b) deliberar sobre eleições e eleger Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo, podendo também preencher cargos vagos ou criar novos, se o Estatuto assim permitir.

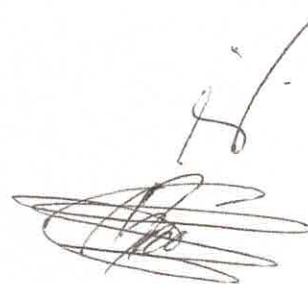
Art. 8º - A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pelo Presidente da UEX, por 2/3 dos membros do Conselho Deliberativo ou Fiscal e ou por 1/3 dos associados.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral Extraordinária é presidida pelo Presidente da UEX, ou por seu substituto legal, sempre que se fizer necessário.

Parágrafo 2º - As decisões tomadas pela Assembleia só terão validade se aprovada pela maioria absoluta (primeira convocação) ou pela maioria simples (segunda convocação) de seus membros, decorridos 30 (trinta) minutos da primeira convocação.

Parágrafo 3º - Compete à Assembleia Geral Extraordinária:

- a) deliberar sobre assuntos não – previstos neste Estatuto;
- b) alterar o nome da UEX, em decorrência da alteração do nome da escola;
- c) transformar as finalidades e/ou serviços oferecidos pela escola;
- d) alterar o Estatuto;
- e) destituir a Diretoria, quando for o caso.



Seção III

Do Conselho Deliberativo

Art. 9º - O Conselho Deliberativo é constituído dos seguintes membros:

- I – Presidente
II – Secretário
III – Conselheiros.

Parágrafo 1º - A presidência é exercida pelo(a) diretor(a) da unidade escolar.

Parágrafo 2º - O cargo de secretário deverá ser ocupado por um professor da unidade escolar ou pelo secretário da escola que tenha lotação na respectiva unidade escolar.

Parágrafo 3º - Os conselheiros totalizam-se em número de (3) membros sendo um presidente (exercido pelo diretor da escola), um secretário, (cargo que deverá ser ocupado por um professor da Unidade escolar ou pelo secretário da escola) e conselheiros (em número de cinco, sendo 4 pais de alunos e um professor). O número do conselheiros será decidido pela escola da UEX.

Art. 10º - Cabe ao Conselheiro Deliberativo:

- I – apreciar o Plano de Ação da Diretoria para o respectivo exercício,
- II – aprovar o Plano de Aplicação de Recursos,
- III – revisar os balancetes de receitas e despesas, apresentados nas reuniões pela Diretoria, emitindo parecer por escrito com assinatura de 1 (um) conselheiro que seja pai/responsável,
- IV – promover a sindicância para apurar ocorrência de irregularidades no âmbito de sua competência,
- V – determinar a perda de mandato dos membros da Diretoria por violação do Estatuto,

CAMPUS	9
DEPARTAMENTO	EDUCAÇÃO
SEÇÃO	ADMINISTRATIVA
IVARIAÇÃO	PERSONAL

VI – emitir parecer conclusivo sobre matérias levadas à apreciação do colegiado,

VII – reunir-se extraordinariamente 1 (uma) vez por bimestre (o prazo fica a critério da UEX).

Parágrafo Único – As decisões emanadas do Conselho Deliberativo só terão validade se aprovadas por maioria

Seção IV Da Diretoria

Art.11 – A Diretoria é o órgão executivo e coordenador da Unidade Executora.

Parágrafo único – A Diretoria será eleita em Assembléia Geral Ordinária, para um mandato de (2) anos, mediante chapas registradas com antecedência mínima de dez dias, podendo ser reconduzida uma vez por igual período.

Art.12 – A Diretoria terá a seguinte composição:

- I – Presidente,
- II – Vice-presidente,
- III – Secretário,
- IV – Tesoureiro.

Parágrafo único: Na composição dos membros da Diretoria, deverão ser respeitadas as seguintes condições para a sua ocupação:

- a) Presidente: diretor(a) da escola ou pai de aluno, conforme o caso,
- b) Vice-presidente: pai ou responsável,
- c) Secretário: pai/responsável ou professor.
- d) Tesoureiro: pai/responsável ou professor.

Art.13 – O exercício dos cargos de direção não serão remunerados.



Cartório	11/11/98
Com. P. M.	11/11/98
Ass. M.	11/11/98
IVAT/11/98	PAHANA

Art.14 – Em caso de vacância de qualquer cargo para o qual não haja substituto legal, caberá à Assembléia Geral Extraordinária (a ser marcada) eleger um substituto.

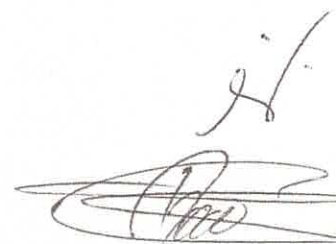
Art.15 – A Diretoria, no todo ou parte, poderá ser destituída por decisão da Assembléia Geral, quando constatado desvirtualmente de suas funções.

Art.16 – Compete à Diretoria:

- I - elaborar e executar a Programação Anual e o Plano de Aplicação de Recursos da UEX,
- II – deliberar sobre a aplicação e movimentação dos recursos da UEX,
- III – encaminhar aos Conselhos Fiscal e Deliberativo o balanço e o relatório, antes de submete-los à apreciação da Assembléia Geral;
- IV – em caso de convênios, enviar à Secretaria Municipal de Educação (SME) e à Secretaria Estadual de Educação (SEED), quando for o caso, trimestralmente, o demonstrativo de receita e despesas e a prestação de contas, conforme critérios de aplicação definidos por aquele órgão;
- V – exercer as demais atribuições decorrentes de outros dispositivos deste Estatuto e as que lhe venham a ser legalmente conferidas;
- VI – decidir os casos omissos;
- VII – cumprir e fazer cumprir as deliberações das Assembléias Gerais.

Art.17 – Compete ao Presidente:

- I – convocar e presidir as assembléias gerais ordinárias e extraordinárias e as reuniões da Diretoria;
- II – representar a entidade em juízo e fora dele;
- III – administrar, juntamente com o tesoureiro e em consonância com o Estatuto, os recursos financeiros da entidade;





III – prestar contas, no mínimo a cada três meses, à Diretoria e ao Conselho Fiscal e, anualmente, em Assembléia Geral, aos associados;

IV – manter os livros contábeis (caixa e tombo) em dia e sem rasuras.

Seção V Do Conselho Fiscal

Art. 21 – O Conselho Fiscal é o órgão de controle e fiscalização da Unidade Executora. Será constituído por (10) membros efetivos e (X) suplentes, sendo (5) pais e (5) professores.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal deverá ser eleito na primeira Assembléia Geral Ordinária, após a eleição da Diretoria.

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal será presidido por um desses membros, escolhido por seus pares na primeira reunião.

Art. 22 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – fiscalizar as ações e a movimentação financeira da Unidade Executora: entradas, saídas e aplicação de recursos, emitindo pareceres para posterior apreciação da Assembléia Geral;

II – examinar e aprovar a programação anual, o relatório e a prestação de contas, sugerindo alterações, se necessário, e emitir parecer;

III – solicitar à Diretoria, sempre que se fizer necessário, esclarecimentos e documentos comprobatórios de receita e despesa;

IV – apontar à Assembléia Geral as irregularidades, sugerindo as medidas que julgar úteis à UEX.

V- convocar a Assembléia Geral Ordinária, se o Presidente da UEX retardar por mais de um mês a sua convocação e convocar a Assembléia Geral Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes.



Art. 23 – O mandato do Conselho Fiscal terá duração de 1 (um) ou 2 (dois) anos, permitida a reeleição por uma vez.

Capítulo III Dos Sócios – Direitos e Deveres

Seção I Dos Sócios

Art. 24 – O quadro social da UEX é constituída por um número limitado de sócios e composto de:

- I – sócios efetivos
- II – sócios colaboradores

Parágrafo 1º - São considerados sócios efetivos:

- a) diretor;
- b) vice – diretor;
- c) professores;
- d) pais/responsáveis;
- e) alunos maiores.

Parágrafo 2º - São considerados sócios colaboradores:

- a) pessoal técnico-administrativos;
- b) ex-diretores do estabelecimento de ensino;
- c) pais/responsáveis de ex-alunos;
- d) ex-alunos maiores;
- e) ex-professores;

Cartão nº	Títulos
	2. Jurídicas
	PEIRA
	P. RANÁ

- f) membros da comunidade escolar que desejam prestar serviços à unidade escolar.

Seção II Dos Direitos e Deveres

Art. 25 – Constituem direitos dos sócios:

- I – apresentar sugestão e oferecer colaboração aos dirigentes da UEX.
- II – participar das atividades associativas;
- III – votar e ser votado;
- IV – solicitar em Assembléia Geral esclarecimentos a respeito da utilização dos recursos financeiros da UEX e dos atos da Diretoria e do Conselho Fiscal.
- V – apresentar pessoas da comunidade para ampliação do quadro de sócios.

Art. 26 – Constituem deveres dos sócios:

- I – conhecer o Estatuto da UEX;
- II – participar das reuniões e assembléias para as quais forem convocados;
- III – cooperar de acordo com suas possibilidades, para a constituição do fundo financeiro da UEX;
- IV – colaborar na realização das atividades da UEX.

Capítulo IV

Seção I Das Reuniões

Art. 27 – Haverá reuniões administrativas, convocadas pelo Presidente, no mínimo 1 (uma) vez ao mês, com a presença da Diretoria e/ ou dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da UEX.

Cartório	... 9
Região	... Jurisdicção
Distrito	... FONELEIA
IVAT/ID	... P. RANA

Capítulo VI

Dos Recursos e sua Aplicação

Art. 33 – Os meios e recursos para atender os objetivos da UEX serão obtidos mediante:

- a) contribuição voluntária dos sócios;
- b) convênios;
- c) subvenções diversas;
- d) doações;
- e) promoções escolares;
- f) outras fontes.

Art. 34 – Os recursos financeiros da UEX serão depositados em conta a ser mantida em estabelecimento bancário oficial do Município e, na ausência deste, em outro banco, efetuando-se a movimentação por meio de cheques nominais assinados pelo Presidente e pelo Tesoureiro.

Parágrafo único: Na hipótese de não existir na localidade nenhum estabelecimento bancário, os recursos serão depositados na agência bancária de mais fácil acesso.

Seção II

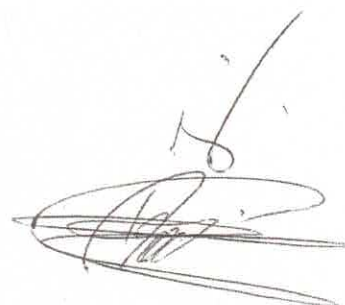
Da Aplicação

Art. 35 – Os recursos financeiros serão gastos de acordo com o plano de aplicação previamente elaborado e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Art. 36 – Caberá ao Conselho Fiscal acompanhar, supervisionar e fiscalizar a aplicação dos recursos da UEX.

Capítulo VII

Da Intervenção e Dissolução



Seção I

Art. 37 - Pela indevida aplicação de renda responderão solidariamente os membros da Diretoria que houverem autorizado a despesa ou efetuado o pagamento.

Art. 38 – Quando as atividades da UEX contrariarem as finalidades definidas neste Estatuto ou ferirem a legislação vigente, poderá haver intervenção, mediante solicitação do Conselho Deliberativo às autoridades competentes.

Parágrafo 1º - O processo regular de apuração dos fatos será feito pelo órgão educacional cuja unidade escolar estiver sob sua jurisdição.


Parágrafo 2º - A intervenção será determinada pelo Secretário de Educação Estadual ou Municipal, mediante Resolução.

Seção II

Da Dissolução

Art. 39 – A Unidade Executora somente poderá ser dissolvida:

- a) por decisão de 2/3 (dois terços) de seus associados, manifestada em Assembléia Geral Extraordinária, especificamente convocada para tal fim ;
- b) em decorrência da extinção dos estabelecimentos de ensino;
- c) em decorrência de ato legal emanado por poder competente;
- d) em caso de desativação da UEX, o Presidente do Conselho Deliberativo deverá enviar, ao órgão educacional de sua jurisdição, uma comunicação escrita explicando os motivos da respectiva desativação, devidamente assinada por todos os membros da Diretoria e associados.



CRITÉRIO	DESCRIÇÃO
PROPOSTA	DESCRIÇÃO
CRITÉRIO	DESCRIÇÃO
IVAIPORÃ	PARANÁ

Presidente: Raimundo do Nascimento, brasileiro, natural de Rio Bom - Paraná, casado, comerciante, RG nº 3.066.277-6, CPF: 363.923.839-72, residente na Rua Jandaia, nº 105, Ivaiporã - Paraná.

Vice-presidente: Janir Bindenchi Bôer, brasileiro, natural Guaraci - Paraná, casado, vendedor, RG nº 2.263.353-8, CPF: 375.056.459-00, residente na Rua Jandaia, Ivaiporã - Paraná.

Secretária: Marli Aparecida Demeu Oliveira, brasileira, natural Joaquim Tâbara - Paraná, casada, professora, RG nº 1.563.287-9, CPF: 442.547.849-53, residente na Avenida Paraná, Ivaiporã - Paraná.

Tesoureiro: Sérgio Freire, brasileiro, natural de Bom Sucesso - Paraná, casado, vendedor, RG nº 2.585.263-4, CPF: 815510299, residente na Avenida Maranhão, 1015, Ivaiporã - Paraná.

CONSELHO FISCAL:

Presidente: Raimundo do Nascimento, brasileiro, natural Rio Bom - Paraná, casado, comerciante, RG nº 3.066.277-6, CPF: 363.923.839-72, residente na Rua Jandaia, Ivaiporã - Paraná.

Membros efetivos: Tereza Aparecida Paz da Silva Souza, brasileira, natural de Ivaiporã - Paraná, casada, estudante, RG nº 4.053.568-3, CPF: 710.439.189-49, residente na Rua Tancredo Neves, Ivaiporã - Paraná.

Arlete Stier Teixeira, brasileira, natural de Rio Negro - Paraná, casada, professora, RG nº 1.165.713-3, residente na Avenida Curitiba, Ivaiporã - Paraná.

Membros suplentes: Elza de Fátima Martins Machado, brasileira, natural de Palmital - São Paulo, casada, professora, RG nº 2.039.783, CPF: 019711579-96, residente na Rua Ceará, Ivaiporã - Paraná.



CARTEIRO	TERCEIRO
PLANO	DE JUIZADAS
DE	DE
IVAIPORÃ	PARANÁ

Izabel Esquianti, brasileira, natural de Ivaiporã - Paraná, casada, Técnica de laboratório, RG 4.138.032-2, CPF: 568.909.239-87, residente na Praça da Independência, 80, Ivaiporã - Paraná.

CONSELHO DELIBERATIVO:

Presidente: Suely de Fátima Pianca Stier, casada, natural, RG nº 3.635.929-3, CPF: 724.283.769-34, residente na Rua Ceará nº 1.690, Ivaiporã - Paraná.

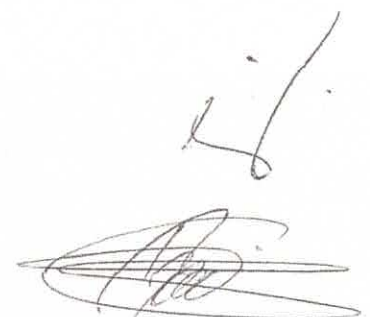
Secretária: Marli Aparecida Demeu Oliveira, brasileira, natural de Joaquim Tavorá - Paraná, casada, professora, RG nº 1.563.287-9, CPF: 442.547.849-53, residente na Avenida Paraná, Ivaiporã - Paraná.

Conselheiros: Izabel Esquiante, brasileira, natural de Ivaiporã - Paraná, casada, Técnica de Laboratório, RG nº 4.138.032-2, CPF 568.909.239-87 residente na Praça Independência nº80, Ivaiporã - Paraná.

Tereza Aparecida Paz da Silva, brasileira, natural de Ivaiporã - Paraná, casada, estudante, RG 4.053.568-3, CPF: 710.439.189-49, residente na Rua Tancredo Neves, Ivaiporã - Paraná.

Janir Bindenchi Bôer, brasileiro, natural Guaraci - Paraná, casado, vendedor, RG nº 2.263.353-8, CPF: 375.056.459-00, residente na Rua Jandaia, Ivaiporã - Paraná.

Sérgio Freire, brasileiro, natural de Bom Sucesso - Paraná, casado, vendedor, RG nº 2.585.263-4, CPF: 815510299, residente na Avenida Maranhão, 1015, Ivaiporã - Paraná.



Cartório	de	Títulos e
Declarat.		Jurídicas
		PRANÁ
		PRANÁ

Membros suplentes: Elza de Fátima Martins Machado, brasileira, natural Palmital – São Paulo, casada, professora, RG nº 2.039.783 CPF: 019711579-96, residente na Rua Ceará, Ivaiporã – Paraná.

Izabel Esquianti, brasileira, natural Ivaiporã - Paraná, casada, Técnica de laboratório, RG 4.138.032-2, CPF: 568.909.239-87, residente na Praça da Independência, 80, Ivaiporã – Paraná.

Este Estatuto será registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Ivaiporã.

Ivaiporã, 10, de abril de 2002.

COMARCA DE IVAIPORÃ - PR - SE
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua D. F. ... Caixa Postal, 273
(X) regist. () averbado 800
N.º=849= Fls. 020 Livro A-2.-
Ivaiporã, 11 de abril de 2.002. -

D. F. ...
OFICIAL

[Assinatura]
Presidente

Raimundo Correia do Nascimento

[Assinatura]
Advogado

0 AB. PR. 22.340

Juarez Carneiro de Lima

Registrado sob n.º 045
do livro 02 às folhas 60
Ivaiporã, 10 de abril de 2002
[Assinatura]
MARIA DAS GRAÇAS C. CUSTODIO
DISTRIBUIDORA

PARECER CONTÁBIL

Trata-se do processo de Prestação de Contas de recursos recebidos pela APMF da Escola Municipal Ivaiporã, proveniente do MEC/FNDE, através do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, tendo como objetivo: aquisição de materiais de consumo e materiais permanente para a escola.

O repasse foi efetuado em uma única parcela em 22/07/10 com a ordem bancária de nº 517147, Agência: 0633-5, Conta Corrente: 11177-5 totalizando um valor de R\$ 3,477,00 (Três mil, quatrocentos e setenta e sete reais)

Durante o período houve aplicação financeira diária dos recursos liberados no valor de R\$ 17,36 (dezessete reais e trinta e seis centavos).

O extrato bancário retrata fielmente a movimentação em conta corrente específica e exclusiva para fins deste convênio, o qual apresenta saldo zerado. As datas e valores correspondem aos créditos e comprovantes de despesas anexadas.

Com relação às despesas, estas somam R\$ 3494,36 (Três mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e trinta e seis centavos), com os encargos bancários, demonstrando igualdade entre receita e despesa, e realizadas de acordo com as exigências da Lei.

Desta forma, somos de parecer favorável a aprovação desta Prestação de Contas, no que tange ao seu aspecto contábil, em virtude de sua conformidade com a legislação em vigor.

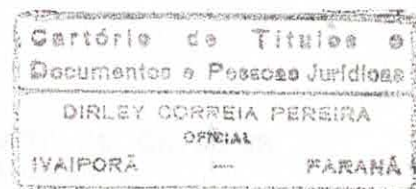
Ivaiporã, 05 de novembro de 2010.



AFONSO SOCHODOLAK

CRC/TC/PR 013537/00

Ata 17/2011



Aos oito dias do mês de abril de dois mil e onze reuniram-se nas dependências da Escola Municipal Ivaiporã os pais/ responsáveis, a equipe pedagógica e administrativa da Escola Ivaiporã, como também os demais funcionários e professores, para uma reunião onde foram tratado vários assuntos pedagógicos e administrativos. A diretora iniciou a reunião dando as boas vindas e apresentou o quadro de professores, equipe pedagógica e funcionários que atuam neste ano letivo. Logo após, convidou a Assistente Social do CREAS para sua apresentação. Juntamente com a diretora Rose Mª Sirço, a assistente Juliana assistiu a apresentação da Escola Mul. Bento Viana que realizou a oração do Pai Nosso e a música Zaquel, o qual os pais/ responsáveis ficaram encantados com a participação do Coral e da diretora Fátima. Em seguida a Assistente explicou o significado e a função do CREAS e do CRAS. Após agradecimentos, a diretora deu início a eleição dos membros da APMF e do Conselho Escolar. Os nomes foram indicados, convidados, e após aceitação, aconteceu a eleição por aclamação das pessoas presentes, de forma democrática. A diretora agradeceu a participação de todos e deu-se a reunião por encerrada, onde subscrevemos após a descrição dos membros da APMF e Conselho Escolar que atuarão por (2) dois anos de mandato.

(APMF) Associação de Pais, Mestres e Funcionários:

Presidente: Maria Cristina Dias

Vice Presidente: Arlete de Oliveira Felipe

Tesoureiro: Cézar Napoleão Casemiro Ribeiro

Vice tesoureiro: Clodoaldo Ferreira

1º Secretário: Jocely Lopes V. Mariani

2ª Secretário: Aline dos Santos Machado

1º Diretor Sociocultural e Esportivo: Marcos Roberto dos Passos

2º Diretor Sociocultural e Esportivo: João Carlos Galvão Costa

Conselheiros do Conselho Deliberativo e Fical

_ Representantes dos pais/ responsáveis: Ilisabete C. Brito Silva, Adriana Raizer Vidal da Costa, Marcos Kazuriro Costa, Simone Apª Atankevaz e Jaqueline Christen de Miranda.

_ Representantes dos funcionários: Aparecida de Fátima Arantes da Silva e Souza e Ana Paula Lopes de Melo

Conselho Escolar

Representante da Direção: Rose Maria Sirço

Representante da Supervisão: Inácia Evangelista da Silva Rocha

Representante do Administrativo: Franquim Willin D. Pianelli

Representante dos Professores: Sonia Cristina Zagulski de Brito

Alessandro Alves Machado

Representantes dos Pais/ Responsáveis: Valdomiro Antonio Tomascheski, Ana Delma César Beasin e Luiz Carlos Milan.

Maria C. Pires

REGISTRO DE TÍTULOS
E PESSOAS
JURÍDICAS

PRESIDENTE

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

POLEGAR DIREITO

Marcia Cristina Pires

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

HYDRAPRINT LTDA.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 9.372.128 4 DATA DE EXPEDIÇÃO 31/08/2001

NOME MARCIA CRISTINA PIRES

FILIAÇÃO APARECIDO PIRES
PALMIRA ALVES PIRES

NATURALIDADE SÃO JOÃO IVAI/PR DATA DE NASCIMENTO 07/03/1976

DOC. ORIGEM COMARCA=IVAIPORÁ/PR, SÃO JOÃO IVAI
C.NASC 248, LIVRO=AL, FOLHA=100

CPF

CURITIBA - PR

ASSINATURA DO DIRETOR

DR. PAULO ERNESTO ARAUJO CUNHA
DIRETOR - LI/PR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

HYDRAPRINT LTDA.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome MARCIA CRISTINA PIRES

Nº de Inscrição 259683968-73

Data do Nascimento 13/03/95

TERMINO DE VALIDADE: 13/03/95

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, emitido e exigido por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Assinatura MARCIA CRISTINA PIRES

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 13/03/95

VICE-PRESIDENTE
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

COLEÇÃO DIREITO

ARLETE DE OLIVEIRA FELIPE
ASSINATURA DO TITULAR

CARTÃO DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6.230.540-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 05/06/1991

NOME ARLETE DE OLIVEIRA FELIPE

FILIAÇÃO FRANCISCO BENEDITO FELIPE
BENEDITA DIVINA DE OLIVEIRA FELIPE

NATURALIDADE IVAIPORÃ/PR DATA DE NASCIMENTO 23/09/1974

DOC ORIGEM COMARCA=IVAIPORÃ/PR, JACUTINGA

C.NASC 2879, LIVRO=A3, FOLHA=120V

CPF 842.796.059-04

CURITIBA PR

ASSINATURA DO DIRETOR Bel. Douglas Haquim

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

842.796.059-04

ARLETE DE OLIVEIRA FELIPE

23/09/1974

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Cesauraro

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

FOLHEAMENTO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.325.715-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 21/03/1985

NOME CEZAR NAPOLEÃO CASIMIR RIBEIRO

FILIAÇÃO JOSE DIOGO RIBEIRO
NEDIR CASIMIR RIBEIRO

NATURALIDADE PARANAVAI/PR DATA DE NASCIMENTO 14/10/1967

DOC ORIGEM COMARCA=PARANAVAI/PR, SUMARE

C.NASC 4358, LIVRO=A4, FOLHA=190

CURITIBA-PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/63

NASCIMENTO 14.10.67

INSCRIÇÃO NO CPF 570 657 909 53

CONTRIBUINTE

CEZAR NAPOLEÃO CASIMIR RIBEIRO

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FISCAIS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.014.724/0001-08 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 11/04/2002	
NOME EMPRESARIAL APMF-ASSOC. DE PAIS, MESTRES E FUNCIONARIOS DA ESC. MUN. IVAIPORA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) APMF			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.13-9-00 - Ensino fundamental			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R JAGUAPITA		NÚMERO 00	COMPLEMENTO
CEP 86.870-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IVAIPORA	UF PR
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia **10/06/2011** às **12:20:32** (data e hora de Brasília).

Voltar



CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 14/2011

O Presidente da Câmara de Vereadores de Ivaiporã, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 45, Inciso II, da Lei Orgânica do Município.

CONVOCA:

Os Nobres Edis, para duas Sessões Extraordinárias, no dia vinte de junho de 2011, logo após a Sessão Ordinária, para serem apreciadas as seguintes matérias:

- 1 - Projeto de Lei nº 13/2011 - Poder Legislativo - Súmula: Declara de Utilidade Pública Municipal a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários do CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil Bom Jesus, e dá outras providências.**
- 2 - Projeto de Lei nº 15/2011 - Poder Legislativo - Súmula: Declara de Utilidade Pública Municipal a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários do CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil Santa Terezinha, e dá outras providências.**
- 3 - Projeto de Lei nº 16/2011 - Poder Legislativo - Súmula: Declara de Utilidade Pública Municipal a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários do CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil Vila Nova Porã e dá outras providências.**
- 4 - Projeto de Lei nº 17/2011 - Poder Legislativo - Súmula: Declara de Utilidade Pública Municipal a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários do CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora de Lourdes e dá outras providências.**
- 5 - Projeto de Lei nº 18/2011 - Poder Legislativo - Súmula: Declara de Utilidade Pública Municipal a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários do CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil Creche Arco Íris, e dá outras providências.**
- 6 - Projeto de Lei nº 19/2011 - Poder Legislativo - Súmula: Declara de Utilidade Pública Municipal a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Alto Porã, e dá outras providências.**
- 7 - Projeto de Lei nº 20/2011 - Poder Legislativo - Súmula: Declara de Utilidade Pública Municipal a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Dom João VI, e dá outras providências.**
- 8 - Projeto de Lei nº 21/2011 - Poder Legislativo - Súmula: Declara de Utilidade Pública Municipal a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Leila Diniz, e dá outras providências.**
- 9 - Projeto de Lei nº 22/2011 - Legislativo - Súmula: Declara de Utilidade Pública Municipal a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Ignez de Souza Caetano, e dá outras providências.**
- 10 - Projeto de Lei nº 23/2011 - Legislativo - Súmula: Declara de Utilidade Pública Municipal a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal João, e dá outras providências.**
- 11 - Projeto de Lei nº 24/2011 - Legislativo - Súmula: Declara de Utilidade Pública Municipal a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Carlos Lacerda, e dá outras providências.**



CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

12 - Projeto de Lei nº 25/2011 - Poder Legislativo - Súmula: Declara de Utilidade Pública Municipal a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Maria Diva Ribeiro de Proença, e dá outras providências.

13 - Projeto de Lei nº 27/2011 - Legislativo - Súmula: Declara de Utilidade Pública Municipal a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Ivaiporã, e dá outras providências.

14 - Projeto de Lei nº 28/2011 - Legislativo - Súmula: Declara de Utilidade Pública Municipal a ACMV - Associação Clube de Mães e Voluntárias, e dá outras providências.

15 - Projeto de Lei nº 29/2011 - Legislativo - Súmula: Declara de Utilidade Pública Municipal a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Bento Viana, e dá outras providências.

16 - Projeto de Lei nº. 57/2011 - Poder Executivo - Súmula: Abre um Crédito Adicional Especial e dá outras providências. (Convênio junto ao Ministério da Saúde/SINCOV, para a Aquisição de Caminhão Coletor Alto Propellido).

17 - Projeto de Lei nº. 58/2011 - Poder Executivo - Súmula: Abre um Crédito Adicional Especial e dá outras providências. (Convênio junto ao Ministério dos Esportes, para a Aquisição de Equipamentos para Implantação de Academias ATIS).

18 - Projeto de Lei nº. 64/2011 - Poder Executivo - Súmula: Abre um Crédito Adicional Especial e dá outras providências. (Para subvencionar a Fundação Albergue Bom Samaritano de Ivaiporã).

19 - Projeto de Lei nº. 67/2011 - Poder Executivo - Súmula: Revoga na íntegra a Lei Municipal nº. 1.361/2006, de 04/07/2006, que autoriza o Executivo Municipal a deduzir na folha de pagamento, ordens de fornecimento de servidores municipais que forem sócios do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Ivaiporã.

20 - Projeto de Lei nº. 68/2011 - Poder Executivo - Súmula: Abre um Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências. (Remanejamento para ajustar à programação financeira de cada fonte específica).

21 - Projeto de Lei nº. 69/2011 - Poder Executivo - Súmula: Abre um Crédito Adicional Especial e dá outras providências. (Remanejamento para ajustar à programação financeira de cada fonte específica).

22 - Projeto de Lei nº. 70/2011 - Poder Executivo - Súmula: Abre um Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências. (Remanejamento para ajustar à programação financeira de cada fonte específica).

23 - Projeto de Lei nº. 71/2011 - Poder Executivo - Súmula: Abre um Crédito Adicional Especial e dá outras providências. (Recursos de convênios iniciados no exercício financeiro de 2010, e que não foram finalizados e/ou encerrado sua execução, necessitando de abertura de fonte com IdUso com identificador de recursos de anos anteriores).

24 - Projeto de Lei nº. 72/2011 - Poder Executivo - Súmula: Abre um Crédito Adicional Especial e dá outras providências. (Transferências de recursos financeiros da União para a execução de Pavimentação da Avenida Curitiba, por intermédio do Ministério das Cidades representado pela Caixa Econômica Federal, através de Convênio firmado entre o Município e aquele órgão).

25 - Projeto de Lei nº. 73/2011 - Poder Executivo - Súmula: Abre um Crédito Adicional Especial e dá outras providências. (Projeto de devolução de convênio de pavimentação asfáltica da Rua Portugal e Avenida Itália, já em fase de liberação dos recursos).

26 - Projeto de Lei nº. 74/2011 - Poder Executivo - Súmula: Abre um Crédito Adicional Especial e dá outras providências. (Devolução de saldo de convênio Recape e



CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

Pavimentação Asfáltica, conforme contrato 027941-77/MTUR, convênio assinado por intermédio da Caixa para a recuperação da malha viária urbana).

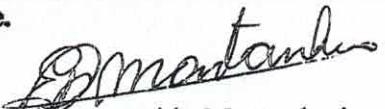
27 – Projeto de Lei nº. 75/2011 – Poder Executivo – Súmula: Abre um Crédito Adicional Especial e dá outras providências. (Convênio assinado junto ao Ministério do Esporte, para Reforma e Modernização da Quadra Poliesportiva Morão Filho).


28 – Projeto de Lei nº. 76/2011 – Poder Executivo – Súmula: Abre um Crédito Adicional Especial e dá outras providências. (Convênio para execução da construção e cobertura da quadra poliesportiva da Escola Bento Viana).

29 – Projeto de Lei nº. 77/2011 – Poder Executivo – Súmula: Autoriza a concessão de Direito Real de Uso de veículo à “COPEMARI – COOPERATIVA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE IVAIPORÃ” dá outras providências.

30 – Projeto de Lei nº. 78/2011 – Poder Executivo – Súmula: Abre um Crédito Adicional Especial e dá outras providências. (Convênio junto ao Ministério das Cidades para readequação de estradas vicinais, nas localidades do Alto São Luiz e Rio da Bulha e Construção do Viveiro de Café).

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e onze.


Edivaldo Aparecido Montanheri
Presidente


Mário Hort
1º Secretário

Cientes:


Luciano Reginaldo Gonçalves


Dr. Ademir Soares de Souza


Luis Gustavo Chaves


Jaffer Guilherme Saganski Ferreira


Dr. Ademir Prudêncio da Silva


José Maria Carneiro


Sebastião Benfim Matos